

AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO: UMA POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS ORIUNDOS DO CAPITALISMO

Family Farming and Cooperatives: A possibility of facing the challenges arising from capitalism

Divino José Lemes de Oliveira

Universidade Estadual de Goiás – UEG
 professorrzezinho@gmail.com

Dimas Moraes Peixinho

Universidade Federal de Jataí – UFJ
 dimas_peixinho@ufg.br

Washington Silva Alves

Universidade Estadual de Goiás
 washington.alves@ueg.br

Resumo: A agricultura familiar vem historicamente relegada à marginalização por parte do Estado, ou seja, até a virada do século deu quase nenhuma/pouquíssima atenção a esse setor produtivo brasileiro, porém com o avanço de governos progressistas ao comando do Estado, passou a ter políticas públicas direcionadas à manutenção dos trabalhadores no campo e na zona rural, através de linhas de créditos e de financiamento das produções. Outro fator que minimizou o êxodo rural foi às cooperativas que por décadas trabalharam aliadas a esses agricultores na manutenção, no fornecimento de tecnologia e formação técnica qualificada, para minimizar os estragos causados pelo avanço do capitalismo e do agronegócio com os latifúndios de commodities. Diante disso, o presente artigo pretende desenvolver um panorama sobre a agricultura familiar no Brasil e sobre o cooperativismo rural, analisando as dificuldades e possibilidades de uma agricultura familiar comprometida com a sustentabilidade e com o meio ambiente. O presente artigo está disposto em um capítulo com dois subtópicos, no primeiro subtópico é construído um panorama histórico sobre a agricultura familiar, analisando as condições dos agricultores se manterem no campo e das novas gerações terem possibilidades de educação, lazer e condições de trabalho e renda a partir da agricultura familiar. O segundo subtópico analisa o papel das cooperativas nesse processo e quais entraves e possibilidades podem ser vistas para a melhoria de renda e de condições sociais para a agricultura familiar. Por fim, as considerações finais são um apanhado das possibilidades e dificuldades que a agricultura familiar, consequentemente os agricultores familiares enfrentam; ainda é abordada nessa parte conclusiva a resistência vivenciada perante o agronegócio, e avaliam-se as possibilidades e a importância da agricultura familiar para o Brasil.

Palavras-chave: Agricultor familiar. Cooperativas. Alternativa produtiva.

Abstract: Family farming has historically been relegated to marginalization by the State, that is, until the turn of the century it paid almost no/very little attention to this Brazilian productive sector, but with the advancement of progressive governments at the command of the State, it began to have public policies aimed at keeping workers in the countryside and in the countryside, through lines of credit and production financing. Another factor that minimized the rural exodus was the cooperatives that for decades worked together with these farmers in maintenance, in the provision of technology and qualified technical training, to minimize the damage caused by the advance of capitalism and agribusiness with the commodity latifundia. Therefore, this article intends to develop an overview of family farming in Brazil and rural cooperativism, analyzing the difficulties and possibilities of family farming committed to sustainability and the environment. This article is arranged in a chapter with two subtopics, in the first subtopic a historical overview of family farming is built, analyzing the conditions of farmers

Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565

v.12, n. 1, p. 216 – 238, janeiro/junho, 2023.

to remain in the field and of the new generations to have possibilities for education, leisure and working conditions and income. from family farming. The second subtopic analyzes the role of cooperatives in this process and what obstacles and possibilities can be seen for improving income and social conditions for family farming. Finally, the final considerations are an overview of the possibilities and difficulties that family farming, consequently family farmers face; This concluding part also addresses the resistance experienced by agribusiness, and evaluates the possibilities and importance of family farming for Brazil.

Keywords: Family farmer. Cooperatives. Productive alternative.

INTRODUÇÃO

A demanda por terras vem aumentando com a modernização dos modos de produção agrícola quase em todos os países; dessa maneira, mesmo que a tecnologia venha desempenhando um grau elevado de produção, a produção do agronegócio tem causado devastação e muita degradação ao meio ambiente, através da monocultura. A demanda por terra é acentuada e crescente, mas é a partir do ano de 2008 que a disputa territorial se intensificou no Brasil e também se tornou um fenômeno global, sendo que as terras cultiváveis estão sendo vendidas, sobretudo a estrangeiros em países africanos, no Brasil e na Argentina; fato que tem sido chamado de fenômeno de *land grabbing*, ou seja, a estrangeirização de terras. (SAUER & LEITE, 2012).

Os produtos dessa modernidade tecnológica abarcam determinados produtos para venda em escala mundial, sem levar em consideração os estragos proporcionados ao meio ambiente e às comunidades rurais que estão no entorno, ou melhor, especificando, que fazem parte desse sistema produtivo. Com uma financeirização e com a política de *commodities* que vem se desenvolvendo no âmbito do agronegócio, as principais monoculturas que aparecem no solo brasileiro são de soja, milho e cana de açúcar. Com isso os preços das terras no solo brasileiro aumentam em proporções nunca antes vistas, pois com o mercado financeiro demonstrando interesses por terras, um produto de baixa liquidez, a tendência é cada vez mais se explorar e aumentar os territórios para as monoculturas. (SAUER & LEITE, 2012).

Diante desses fatos, uma parte fundamental da produção agrícola que abastece o país perde território, seja por grilagens, por contaminação de agrotóxicos dos mais variados, seja por sufocamento que as grandes plantações impõe às comunidades rurais tradicionais, e anda por falta de investimentos no âmbito governamental, para o desenvolvimento da agricultura familiar e de pluricultura, ou seja, várias culturas.

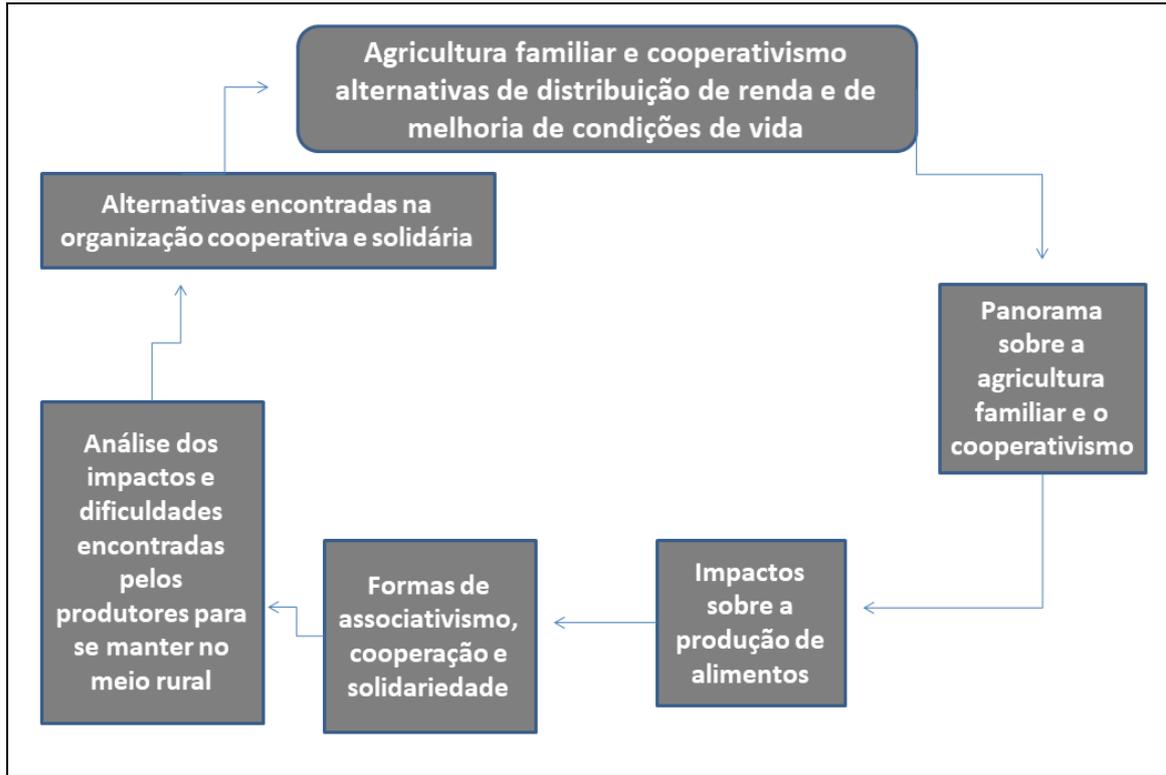
O apoio à agricultura familiar passou a ser considerado objetivo de política pública somente após muitas décadas de lutas; isso ocorreu exatamente quando o Estado compreende e

identifica as necessidades específicas do setor de produção da agricultura familiar, de tal maneira que culmina no desenvolvimento de um projeto nacional para o segmento rural familiar. Trata-se da lei que rege este projeto, que foi estatuída em 2006, nº 11.326, estabelecendo diretrizes políticas nacionais da agricultura familiar e empreendimento rurais familiares (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Dessa forma o sistema de produção familiar tem peculiaridades que são a posse dos meios de produção e o fato de realizar o trabalho a partir do núcleo familiar, não existindo uma separação entre a gestão da propriedade e a execução do trabalho que estão sempre sob a responsabilidade do produtor e de sua respectiva família. Ressalta-se que esses são reconhecidos sujeitos históricos e sociais, como camponeses, pequenos produtores, lavradores, agricultores de subsistência e, por fim, agricultores familiares. Esses termos se sobrepõem a partir de contextos sociais e devido às transformações que a categoria vem sofrendo historicamente, mas também são resultados de novas percepções do sujeito e do seu contexto social. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Partindo de uma percepção sobre a lei 11.326 de 2006, percebe-se bem que a mesma define como agricultor familiar todos aqueles que praticam atividades no meio rural, com os requisitos também de deter área limitada ao máximo que quatro módulos fiscais; que se utilizem somente da mão de obra de cunho exclusivo familiar; que tenham renda familiar proveniente das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento rural familiar. (Pedroso, 2014). E sabendo-se que a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, que representam 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país. (ROGATTO, 2013). O objetivo dessa pesquisa é o de desenvolver um panorama sobre a agricultura familiar, seus impactos sobre a produção de alimentos no Brasil e das formas de associativismo, cooperação e solidariedade das famílias que vivem unicamente da terra e da produção diversificada agrícola, para tal será realizado o seguinte processo (fluxograma 1).

Para tal, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo; estruturada a partir do acesso a plataformas acadêmicas para busca de dados relacionados ao escopo da pesquisa de forma sistemática. Os textos utilizados como base foram elencados no âmbito histórico e contextual, sempre com o intento de não se perder em anacronismo.



Fluxograma 1: Sequência de estruturação da pesquisa

FONTE: O autor (2023)

De maneira que nos respaldamos em aporte teórico advindos de pesquisadores tais como Bianchini (2005) que pesquisou a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural; Junqueira e Lima (2008) fizeram importantes ponderações e análise a partir das políticas públicas empregadas ao atendimento da agricultura familiar realizada no Brasil. Pedroso (2014) e Rogatto (2013) também fizeram importante análise conjuntural sobre a agricultura familiar. E, ainda muito importante dentre vários outros pesquisadores dessa temática, é a base analítica que Spanevello e outros (2011) realizaram sobre a influência do cooperativismo na agricultura familiar e conseqüentemente para o desenvolvimento do campo.

Sobre a pesquisa qualitativa, faz-se importante ressaltar que se trata de uma pesquisa que não se interessa pela padronização de conceitos, variáveis, e por replicar resultados. É O foco está em uma pesquisa aberta que leva em consideração a história do indivíduo, a sua trajetória, suas dificuldades, ou seja, com foco no subjetivo, buscando ser precisa na intensidade de apresentar mais detalhes para construção do conhecimento. (FLICK, 2013).

De acordo com Minayo (2012, p. 3), o investigador, os sujeitos, os grupos e as sociedades é o que faz dar “(...) significado a suas ações e construções, na medida em que as

estruturas sociais são ações objetivadas. O nível de consciência histórica das ciências sociais está referenciado por meio da consciência histórica e social”.

Por esse ângulo, os “(...) objetos das ciências sociais são intrinsecamente e extrinsecamente ideológicos”. Porém, toda ciência é comprometida, pois articula “(...) interesses e visões de mundo historicamente construídas” no interior da relação entre o pesquisador e o seu corpo de estudo. (MINAYO, 2012, p. 3).

O presente trabalho está disposto em duas partes, à primeira aborda a agricultura familiar no âmbito das relações sociais e no âmbito institucional, fazendo um retrato histórico da agricultura familiar e suas possibilidades de geração de renda, e de construção coletiva de um projeto de vida para os agricultores familiares. Na segunda se aborda o cooperativismo na agricultura familiar, que desempenha um papel fundamental para a manutenção e para a organização desse processo produtivo, assim como desenvolve uma consciência coletiva para com todos os associados, tornando o espaço rural familiar intrincado e sem o isolamento social, e conseqüentemente possibilitando a competição mediante o mercado capitalista, porém num formato de menos desigualdades entre os agricultores familiares e os grandes produtores do agronegócio. As considerações finais fazem um apanhado sobre as possibilidades e dificuldades da agricultura familiar e como se dá a mediação entre cooperativas rurais e os associados, sendo que também demonstram a importância da agricultura familiar para a produção agrícola mais sustentável, com menos influência das modificações genéticas e como essa agricultura se torna mais forte e combativa frente ao agronegócio.

AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO: UM PANORAMA

A Agricultura Familiar em contexto

A produção na esfera da agricultura familiar sempre deve estar orientada para o bem-estar da família, antes do interesse de obter lucros. Isso se deve ao fato de não existir separação entre a gestão e o trabalho desenvolvido pelos sujeitos sociais envolvidos; sendo assim, a gestão e trabalho são desenvolvidos via envolvimento e participação em âmbito familiar. Outro ponto evidenciado nesse modelo de produção e organização se refere à contratação de mão de obra, que pode ocorrer no formato de complementação para a força de trabalho familiar. Diante disso, se entende o estabelecimento rural familiar como uma unidade de produção e consumo, uma unidade de produção e reprodução social. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Geralmente as propriedades na agricultura familiar são:

(...) pequenas e a sua divisão se dá entre muitos herdeiros, o que pode resultar na inviabilidade econômica do estabelecimento. Os casos onde mulheres são designadas como sucessoras da propriedade são raros, por que geralmente recebem como herança dinheiro ou enxoval, não a terra (propriedade) Spanevello, Drebes, & Lago, (2011, p.3 e 4).

Uma das possíveis explicações para esse fenômeno é o fato do trabalho da mulher ainda não ser visto suficientemente como produtivo, pois especialmente nas culturas mais conservadoras e patriarcais tem-se o entendimento que a mulher tem mais afinidade com o trabalho doméstico. Isso pode ser visto em diversos casos onde a mulher ainda não recebe o patrimônio familiar. (SPANEVERELLO, DREBES, & LAGO, 2011).

Essas características e padrões regeram por muitas décadas a reprodução social da agricultura familiar no Brasil. Porém, entre as décadas de 1960 e 1980, o espaço rural brasileiro se viu envolvido pela modernização e pelo seu alargamento no sentido espacial e social. Com a evolução do mercado agrícola, surgimento de novas tecnologias, como também a difusão do automóvel e dos meios de comunicação, causou uma diminuição da mão de obra rural, fazendo uma aproximação com o meio urbano. (SPANEVERELLO et al., 2011).

Com tais modificações o meio rural acaba por se tornar heterogêneo e diversificado, com os jovens desenvolvendo comparações entre o meio urbano e o rural, diferenciando-se das gerações passadas; e com isso construindo uma visão contrária ao campo como local imutável, isso se deu principalmente com relação ao trabalho, ao consumo e com relação aos modos de vida. A união na agricultura familiar começa se desfazer em um processo de individualização, com projetos de vida que não visavam o interesse coletivo e desvalorizavam a reprodução social do colono. Diante disso se viu um processo de êxodo rural rumo aos centros urbanos. (SPANEVERELLO et al., 2011).

O êxodo rural entre os “(...) anos de 1960 e 1980 alcançou um total de 27 milhões de pessoas” (SPANEVERELLO et al., 2011, p.1), sendo que desde os anos de 1950, de três brasileiros que viviam no meio rural um optou ou foi forçado a emigrar. Entre os emigrantes os maiores números constatados eram de jovens e principalmente moças. O êxodo rural seletivo “(...) conduziu a um processo de vazios demográficos destruindo o capital social existente, com o comprometimento para a continuidade da agricultura familiar e a construção de projetos de desenvolvimento regional” (SPANEVERELLO et al., 2011, p.3), com a descaracterização da antiga paisagem social no meio rural. Com o longo prazo essas migrações comprometeram a

renovação da força de trabalho rural, sendo que somente os mais velhos permaneceram no campo. (SPANEVERELLO et al., 2011).

A “continuidade da agricultura familiar e de suas unidades produtivas” sempre depende de uma série de fatores que são dificultadores ou facilitadores para a permanência dos mais jovens (SPANEVERELLO et al., 2011, p.3) no campo. Esses fatores não são únicos e isolados, são interligados e são relativos a condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; como: os tipos de trabalhos desenvolvidos sendo agrícolas ou não agrícolas, oportunidades ou a falta de oportunidades de trabalho no âmbito da agricultura familiar ou em atividades não agrícolas no meio rural, oportunidades de acesso à educação e ao lazer para os jovens, participação em movimentos sociais, oportunidades dos jovens ter trabalho remunerado e “(...) autonomia para a tomada de decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais” (SPANEVERELLO et al., 2011, p.3), expectativas de herdar ou comprar outras propriedades, o olhar e entendimento sobre o trabalho no campo e o modo de vida rural como positivas para o projeto de vida juvenil, acesso a crédito e políticas públicas de auxílio aos jovens e perspectiva de contrair matrimônio no local para ambos os sexos. Todos esses fatores e razões são motivações para os jovens se manterem no âmbito rural e desenvolverem produção e reprodução social nesse referido ambiente. (SPANEVERELLO et al., 2011).

A diferença que pode ser vista entre a agricultura familiar de outros países em relação ao Brasil, é que aqui a agricultura familiar tem como uma das características a ocupação de espaços abandonados pela agricultura de grande porte. Evidentemente com um caráter marginal, ou seja, sempre encontrou dificuldades para desenvolver um sistema reprodutivo sustentável e de longo prazo. A ausência de criações de gado ou a pouca área para a mesma, também se tornou um problema com relação à fertilização do solo. Obviamente tais situações fazem com que os agricultores busquem sempre novas áreas produtivas. Sendo essa mobilidade espacial, características de fluxos migratórios do agricultor familiar brasileiro. Diante disso, compreende-se que a opção para se delimitar um conceito de agricultura familiar e para adoção de políticas públicas para o setor, deve ser centrada na caracterização geral de um grupo heterogêneo. Essa delimitação legal parte de “(...) critérios tais como tamanho da propriedade, predominância de mão de obra e renda familiar e a gestão da unidade produtiva” pelos membros da família. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008, p .163).

Segundo a legislação brasileira, a propriedade familiar admitida como um imóvel rural é definida como todo aquele imóvel que tem produção realizada pelo agricultor e ou também por sua família. Devendo ainda, garantir a subsistência e também o desenvolvimento

socioeconômico das pessoas envolvidas nesse processo. Verifica-se que a “(...) área máxima é fixada para cada região e também o seu tipo de exploração, podendo eventualmente contar com a ajuda de terceiros” (HEINEN, 2013, p.3), regulamentado pelo estatuto da terra, lei 4.504/1964. Com o advento da lei 11.326/2006 a agricultura familiar foi caracterizada como sendo toda aquela desenvolvida em propriedades rurais com até quatro módulos fiscais, onde a predominância deve ser do trabalho familiar sobre a mão de obra total do estabelecimento. Sendo que a unidade de módulo fiscal deve ser fixada pelo INCRA, variando por município e região, com base nos critérios do artigo quatro do decreto 84.685/1980. (BIANCHINI, 2005).

A constituição de 1988 foi responsável por criar a possibilidade de implementação de novos mecanismos e ações de gestão social para efetivação de políticas públicas; possibilitou ainda de forma intencionalizada democratizar o acesso dos produtores rurais familiares a recursos públicos. Além ainda de criar condições de garantias para obtenção de uma universalização da seguridade social. Assim, praticamente há uma década depois da constituição, foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Com essas políticas se atendeu a agricultura familiar em suas necessidades básicas, sendo que o PRONAF garante acesso ao crédito para a produção e investimento agrícola, já a constituição possibilitou a garantia dos benefícios sociais aos trabalhadores rurais, garantindo benefícios parecidos aos dos trabalhadores urbanos. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

No ano de 2003, o governo federal implementou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o mesmo foi coordenado em nível nacional pelo CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Ressalta-se que este programa, o PAA, pode ser considerado como uma das principais ações que estruturaram o Programa Fome Zero, constituindo assim, um mecanismo de complemento ao PRONAF, garantindo, portanto, a compra de parte da produção da agricultura familiar. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Foi nos anos de 1990 que começou a se desenvolver o conceito de agricultura familiar no Brasil como uma categoria política; de tal maneira, foi rapidamente assimilada por estudiosos e que buscavam desenvolver projetos políticos para essa nova modalidade de agricultura. Os principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país foram a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante o início dos anos 1990, a criação do PRONAF em 2006 e da lei da agricultura familiar no país. (SANGALLI et al., 2015).

A agricultura familiar é responsável por mais de 80% da ocupação no setor rural brasileiro, gerando em média sete em cada dez empregos no campo, com uma produção média

de 40% da produção agrícola nacional. Os alimentos produzidos na agricultura familiar abastece em sua maior parte a população brasileira e na atualidade essa produção é oriunda de pequenos lotes. (SANGALLI et al., 2015).

Essa modalidade agrícola favorece a “(...) utilização de práticas produtivas ecologicamente equilibradas, com a diversificação de cultivos, menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético” (FIGUEIREDO, 2017, p.1) das espécies. Mas mesmo com toda a importância que tem para o meio ambiente e para alimentação dos brasileiros, a agricultura familiar encontra diversos obstáculos que são limitadores de seu desenvolvimento, o principal é: a escassez de terras, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Com esses obstáculos se torna notadamente difícil o alcance de um padrão tecnológico e necessário para tornar a agricultura familiar mais competitiva. (SANGALLI et al., 2015).

Historicamente as grandes e médias propriedades rurais de monocultura sempre foram o foco das políticas agrícolas nacionais, induzindo ao aumento da marginalização dos agricultores familiares. Com esse comportamento partindo do Estado especialmente, foi se reproduzindo um padrão de desenvolvimento, porém de exclusão e de desigualdade na zona rural. Assim, aliado à falta de assistência, o processo de modernização da agricultura, foi agravando o problema de exclusão, contribuindo dessa maneira para a permanência e o aparecimento de novos problemas sociais no campo, e ainda aprofundando as desigualdades. Com o aumento da pobreza nas áreas rurais, isso se refletiu nos grandes centros urbanos, com processos de êxodo rural e migração. Mas é importante ressaltar, que mesmo com a falta de incentivo do Estado para com a agricultura familiar, essa agricultura conseguiu estabelecer importantes estratégias de produção, dessa forma, mantendo sua importância no espaço rural. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Com o passar do tempo, as diferentes formas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, diversificaram a produção familiar rural nos mais diversos segmentos produtivos agrícolas; além de a mesma ter se adaptado de acordo com as características da produção regional. Nesse mesmo viés a modernização produtiva impôs novos arranjos e funções aos agricultores, sendo que aliada às políticas institucionais que impuseram a ampliação e intensificação das superfícies cultivadas, como necessidades advindas da modificação das técnicas de produção do modo tradicional de baixa produtividade ou subsistência, afetando diretamente a produção rural familiar. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Relacionado a esse processo, pode-se citar como exemplo o sul brasileiro, que desenvolveu uma nova forma de coordenar a produção agrícola, com a produção integrada entre produtores rurais e agroindustriais, sendo que a organização dessas últimas foi sob a forma de cooperativas de produtores. O início desse sistema de produção foi a partir de 1964, no estado de Santa Catarina e se disseminando para as demais regiões do país. Esse formato de coordenação produtiva, onde o produtor se vincula a agroindústrias por meio de contratos, tornou a produtividade rural mais significativa no âmbito da agricultura familiar. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

O contexto de modernização agrícola formou “(...) as bases para implantação dos complexos agroindustriais modernos. Sendo que esses complexos estão centrados nas cadeias de produção de matéria prima básica, sendo transformadas industrialmente em diferentes produtos finais” Junqueira & Lima (2008, p.167). Estando, portanto, os agricultores familiares inseridos nesses complexos como os provedores dessa matéria prima que são predominantes os grãos e as carnes. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Verifica-se assim, que com o crédito rural, com a assistência técnica, as pesquisas e com o cooperativismo, a produção agrícola familiar pode se diferenciar, desenvolvendo novas formas de organização, dessa forma, conseguindo atender às mudanças no padrão de consumo nacional e internacional. Porém, salienta-se que em algumas regiões do Brasil, a situação é ainda mais grave e necessita de respaldo específico, pois os pequenos produtores ficam à margem desse processo, por não ter condições mínimas de capital e gestão. Diante disso, se evidencia a necessidade de políticas públicas diferenciadas por regiões, pois a agricultura familiar é uma peça chave do desenvolvimento integrado e sustentável, que deve ser definido em escala local, sendo o município a unidade territorial balizadora para o desenvolvimento dessa agricultura. (JUNQUEIRA & LIMA, 2008).

Para que se desenvolva a agricultura familiar, devem-se articular diferentes formas e intensidades, respectivamente com seus elementos constitutivos que são: a família, a terra e o trabalho, que se adaptam aos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos que se apresentam. Diante disso, entende-se que a agricultura familiar faz parte da história do Brasil e de muitos outros países; Mesmo que a sua importância venha sendo reduzida ao longo dos séculos, por razão especialmente do desenvolvimento tecnológico dos setores do agronegócio e de outros setores produtivos da economia em nível global. Na contemporaneidade muito se tem relegado a produção agrícola familiar a um contexto socioeconômico próprio e delicado, mas, porém, considerando que sua importância está relacionada com o futuro de todos no

planeta, deve-se primar por uma relação entre centros urbanos e zonas rurais de uma forma que não facilitem o êxodo rural e a desigualdade social no campo seja minimizada. (SANGALLI et al., 2015).

Existe a necessidade de políticas públicas diferenciadas para os agricultores familiares, que devem ser desenvolvidas de forma a contemplar as demandas vindas desse nicho social. Na atualidade as propriedades de agricultura familiar ainda permanecem sujeitas às leis de mercado e a demanda de consumidores, com isso se inclui a concorrência, o capital, a utilização intensiva do solo e principalmente a inovação tecnológica. (SANGALLI et al., 2015).

Uma parte significativa “(...) dos agricultores familiares estão inseridos na lógica da inovação tecnológica”, esses mais inseridos tendem a ampliar “(...) sua estrutura produtiva, comprando os ativos dos que estão” se retirando do âmbito do campo e das atividades rurais. “(...) Uma grande parte desses agricultores só conseguirá progredir com a diversificação de suas atividades” para que a renda familiar não dependa somente da agricultura. Sangalli et al. (2015, p. 83).

Dentro desse contexto aparecem os assentamentos de reforma agrária para dar novas bases à agricultura familiar, pensando em uma agricultura para além, como um processo social e econômico e como possibilidade de desenvolvimento do meio rural, sempre com alto grau de dependência de políticas públicas para a sua permanência e para progredir. (SANGALLI et al., 2015).

Os projetos de assentamento demarcam o fim de um ciclo dentro do âmbito da agricultura familiar e inicia-se um novo ciclo, através de “(...) um processo de transformação no qual famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolverem projetos de vida” Sangalli et al. (2015, p. 86), com a mudança de seus destinos e solucionando o problema das desigualdades sociais no campo. Outro ponto importante sobre os assentamentos é a geração de empregos, a diminuição do êxodo rural, incrementando a oferta de alimentos e a renda dos trabalhadores rurais e por consequência melhorando sua qualidade de vida. (SANGALLI et al., 2015).

O acesso à propriedade rural é um elemento importante para promover reorganização social junto às famílias de trabalhadores rurais; pois se trata de possibilitar por meio desse acesso a viabilização de um espaço para construção de habitação e o aumento na disponibilidade de alimentos para o consumo da família. Diante disso, se verifica que os programas voltados para assentamentos, devem ser definidos e estruturados em áreas com terra fértil, precedido de financiamento para sua implantação, para a compra de equipamentos e o principal, a orientação

técnica para fornecer treinamento e suporte necessário para as atividades de produção, dessa forma agregando valor para a comercialização. De maneira que se percebe que o desenvolvimento capitalista ocorrido no campo impõe aos trabalhadores rurais a lógica de que a posse da terra não garante a reprodução das famílias e da agricultura familiar. Diante desse fato, se torna necessário a articulação com a economia de mercado, com a intenção de elaborar alternativas para a sobrevivência, para que os agricultores familiares que possuem pequenos lotes de terras possam desenvolver níveis de produção competitivos no mercado. (SANGALLI et al., 2015).

Atualmente os assentamentos rurais no Brasil enfrentam o dilema de obter a terra e de sua conversão em sistemas produtivos, pois com as tecnologias avançadas esses acabam por se tornar reféns do modelo produtivo vigente. Pois com a modernização econômica e as exigências dos “(...) mercados consumidores obrigam as famílias assentadas a se tornarem mais eficientes” Sangalli et al., (2015, p.232) no processo produtivo, com a redução dos custos e com a melhoria na qualidade dos produtos, através de insumos tecnológicos. Porém a produção rural familiar em pequenos lotes é limitada e em pequena escala, para enfrentar isso se torna necessário “o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações e outras diversas formas de interação”. Sangalli et al., (2015, p. 228).

A adoção de alternativas nos assentamentos rurais tem a necessidade de conhecimentos que devem ser passados por profissionais capacitados e o acompanhamento no período de sua implantação. Diante disso, a necessidade de os técnicos socializarem as tecnologias apropriadas, especialmente nas associações, nas cooperativas e em grupos informais que são os mediadores na busca de melhorias tecnológicas gerenciais ou de outra natureza para os fins da agricultura familiar. (SANGALLI et al., 2015).

Por fim compreende-se que a agricultura familiar se desenvolveu num processo histórico de marginalização, com êxodo rural e processos de monopolização e de constituição de latifúndios de monocultura, mas com todo esse processo de esfacelamento ainda conseguiu resistir e aliada a sindicatos e movimentos sociais buscou por direitos e leis que garantissem a sua reprodução no âmbito econômico e social. A construção de um projeto vindo do Estado para o desenvolvimento dessa modalidade de agricultura, demonstrou a importância que a agricultura familiar tem para a produção agrícola brasileira. Os assentamentos de reforma agrária trouxeram novos modos de produzir e de manter a agricultura familiar, com um conjunto de técnicas e com uma visão de mundo sustentável em consonância com a conservação do meio ambiente, para, além disso, os assentamentos desenvolvem um modo de ser e estar no mundo

rural que perpassa por uma vida coletiva, tanto no âmbito do trabalho como no âmbito social, demonstrando a importância da preservação das espécies e pluricultura para uma vida mais saudável para todos os envolvidos nesse processo.

A RELAÇÃO COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

Os diversos fatores que são determinantes para a sucessão das propriedades rurais familiares são: a capitalização da propriedade, a geração de renda que satisfaça os envolvidos e condições de trabalho que sejam favoráveis. Além disso, deve se ter uma perspectiva de continuidade dessas propriedades para os jovens que têm acesso a essas terras, assim como deve se ter condições de educação, lazer, autonomia dentro da propriedade, bem como crédito e políticas públicas de incentivo para a instalação do agricultor e estímulo de instituições locais com fomento técnico e extensão rural. Para que isso aconteça, as cooperativas agropecuárias são fundamentais, pois possuem uma capilaridade junto aos proprietários rurais familiares, realizando interação social e econômica diretamente com os associados. (SPANVELLO et al., 2011).

O cooperativismo e o associativismo podem ser compreendidos como mecanismos para minimizar dificuldades que a atividade agrícola tem em relação ao seu desenvolvimento. Pois possibilitam o crescimento em renda, dinamizando o sistema econômico, tornando essencial ao desenvolvimento dos produtores rurais familiares. Diante disso, pode-se afirmar que o cooperativismo está disposto para a melhoria de vida e das condições econômicas dos produtores. Outro ponto é que o cooperativismo tem uma missão fundamental de ser intermediário entre os cooperados e o mercado, promovendo uma integração do produtor com a cadeia produtiva como um todo. Quando o mercado se torna desigual entre os grandes produtores e os produtores familiares é a cooperação que tende a nivelar essa desigualdade de oportunidades e de mercado, propiciando o bem-estar dos grupos cooperados. (SANGALLI et al., 2015).

As cooperativas agropecuárias são importantes instituições, que detém influência direta sobre as propriedades rurais familiares, muitas vezes transparecendo como uma extensão da propriedade do associado, pois suas atuações estão para além dos aspectos econômicos e produtivos. Essa interação com os cooperados se dá através de assistência técnica, aperfeiçoamento do processo produtivo, fornecimento de crédito, comercialização da produção e aperfeiçoamento tecnológico através de formação e informação. Com isso desenvolve a possibilidade de influência sobre a permanência das pessoas, especialmente dos jovens nas propriedades, quando essas são herdadas ou adquiridas por seus familiares. Essa possibilidade de jovens se manterem no meio rural tem uma ligação muito íntima com as cooperativas em

sua capacidade de atender esses jovens nas suas necessidades profissionais e sociais, tornando a cooperativa uma entidade das mais aptas a trabalhar junto aos jovens dentro da perspectiva da agricultura familiar. (SPANEVERELLO et al., 2011).

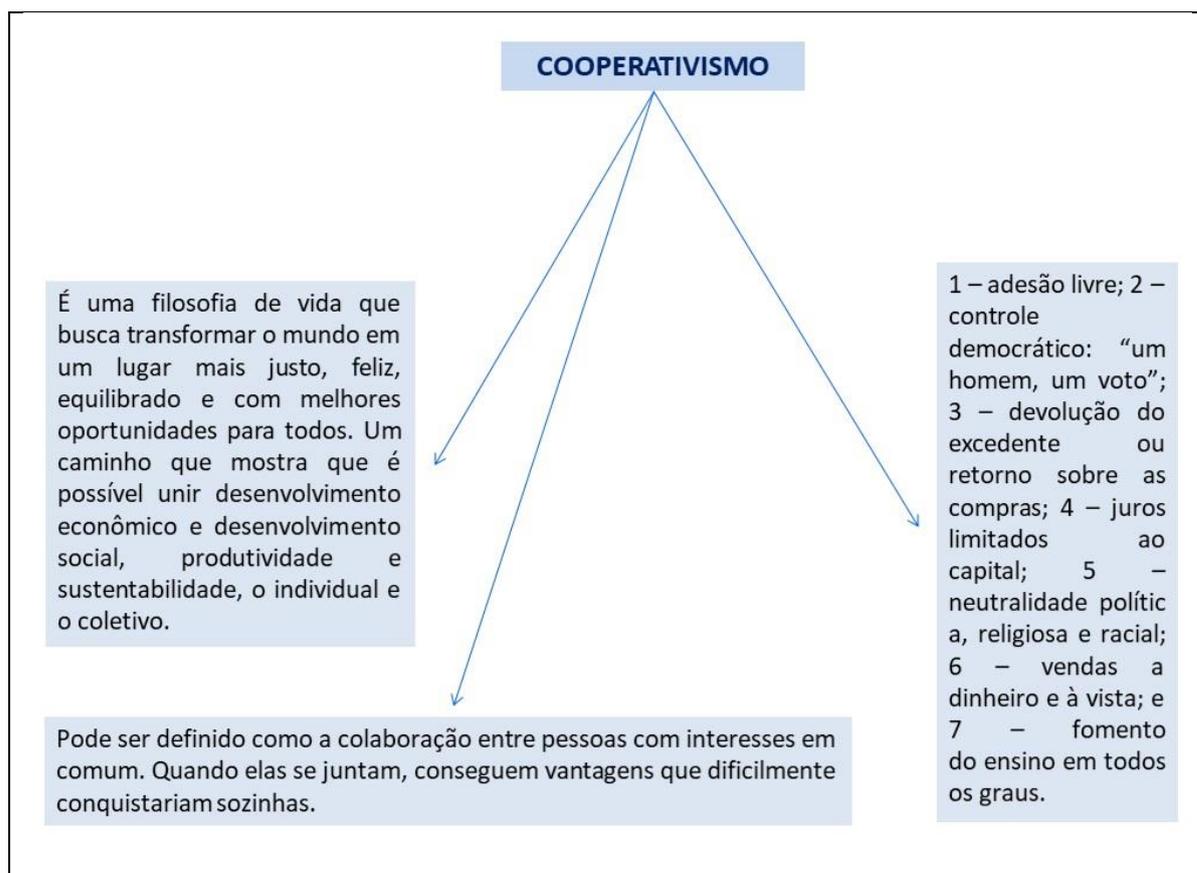
A organização de sistemas cooperativos no meio rural é uma importante via que a coletividade tem na mediação da relação entre agricultores e o mercado; salienta-se que uma cooperativa não se limita ao ato de compra e venda de mercadorias, mas também ao acesso a financiamentos, a tecnologias e assistência técnica. Com cooperativas atuantes, os agricultores familiares podem acessar financiamentos governamentais para compra de equipamentos de infraestrutura, a capacitação de pessoal para gestão das unidades produtivas, fortalecendo os laços entre os cooperados e consequentemente com a cooperativa. (SANDRI & OLIVEIRA, 2019).

De modo que “(...) o princípio da cooperação tem um significado de operar em conjunto”, pois os agricultores percebem a dificuldade de viabilizar o desenvolvimento quando não estão cooperados. Dessa forma, “(...) deve-se priorizar ações planejadas por meio de formação coordenada por grupos de agricultores”. (SANDRI & OLIVEIRA, 2019, p.6).

O cooperativismo tem identificação com princípios de universalidade, sendo uma organização de pessoas que estão unidas em conjunto para desenvolver valores de ajuda mútua e com objetivos que são comuns a todos. As cooperativas desenvolvem um caráter especial com uma dupla natureza, pois de um lado a necessidade dos cooperados em abonar resultados econômicos positivos para o funcionamento operacional da instituição e atender suas necessidades, por outro lado existem as questões sociais que fazem parte da atuação da cooperativa, promovendo o desenvolvimento de seus membros. (SPANEVERELLO et al., 2011).

O cooperativismo pode ser caracterizado como (ver fluxograma seguir):

Verifica-se que o cooperativismo tem bases estruturais bem definidas que oferecem sustentação para a organização de cooperativas. E dentre as principais funções de uma cooperativa, cita-se a melhoria do retorno do agricultor, a diminuição de custos em suas transações e a redução dos riscos financeiros. Diante disso, se compreende o cooperativismo evidenciado por meio das cooperativas como proporcionador de benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais aos cooperados, representando uma maneira de sobreviver num ambiente de concorrência. Ou seja, a finalidade de uma cooperativa ou mesmo associação é de relacionamento democrático entre os agentes que têm objetivos comuns. Criando um ambiente flexível com o fato que distintos atores interagem, resultando num produto harmônico ao estabelecer interesses. (SANGALLI et al., 2015).



Fluxograma 2 – Caracterizando o cooperativismo

FONTE: Minen (20169), Cresol (2021), Ocb (2020). Organizado pelo autor (2023)

As cooperativas agropecuárias podem ser vistas como estruturas econômicas intermediárias, porque sua existência e a razão dessa existência estão na possibilidade de agregar valor aos produtos de seus cooperados que numa situação de isolamento não teriam condições de competir em uma economia de mercado como a vigente. Dessa forma, o cooperativismo agropecuário se mostra como uma alternativa para organizar a produção que provém de pequenas propriedades, seguidamente inserindo os produtos no mercado. (SPANEVERELLO et al., 2011).

As cooperativas são essenciais para a agricultura nacional, sendo um importante instrumento de organização e desenvolvimento do complexo tecnológico agrícola, se apresentando como uma forma de organizar a produção e coordenando os sistemas agroindustriais, para os cooperados obterem vantagens no mercado competitivo. Isso se faz através da união das unidades produtivas em torno da cooperativa (SPANEVERELLO et al., 2011).

A fim de alcançar a eficiência o cooperativismo se apresenta aos pequenos produtores, sendo importante para se o processo de organização socioeconômico, mediante políticas de desenvolvimento no âmbito da agricultura familiar. Evidencia ainda que em algumas regiões

as cooperativas são o único meio para promover comercialização e também para realizar aquisição de insumos agrícolas. Sendo esse aspecto um fomentador do desenvolvimento regional. (SPANEVERELLO et al., 2011).

O cooperativismo é produtor de uma estrutura que se ajusta a padrões de comunicação, de interpelação entre os cooperados, reforçando a identidade dos associados em uma dimensão humana e não somente material. No ambiente rural essa ideia pode ser relacionada à formação de uma classe trabalhadora, que integra as pessoas com a finalidade de melhoria nas condições de vida e nos direitos como cidadãos, com a proposição de viabilizar o fortalecimento de projetos; assim, fazendo com que os associados se identifiquem como sujeitos coletivos. De certa forma, as estratégias desenvolvidas por cooperativas agregam pressupostos de uma ordenação social de mercado, apresentando-se aos trabalhadores rurais como instrumento importante para o fortalecimento econômico e político. Com isso se favorece a superação do isolamento e a mediação de interesses com outros agentes econômicos e institucionais. (SANGALLI et al., 2015).

As vantagens do cooperativismo para o produtor rural familiar estão especialmente na possibilidade que essa organização tem em melhorar a sua renda, por razão da proximidade que se constitui entre a cooperativa e os seus membros, sendo diferente de outros tipos de empresa. As cooperativas são capazes de atuar no mercado, sem a discriminação para o agricultor familiar, controlando preços da produção primária, certificando a qualidade dos produtos. (SPANEVERELLO et al., 2011).

Além do potencial econômico que o cooperativismo desempenha, também é um gerador de possibilidades que atuam sobre a identidade cultural dos agricultores familiares, em suas relações oriundas da união de diferentes pessoas que têm necessidades comuns, na difusão de conhecimentos no meio rural e na inserção social do agricultor com o campo e com o meio urbano. Essas possibilidades são estabelecidas com a constituição de um grupo coeso, capaz de aumentar a pressão política e o poder de negociação. Através de reflexões conjuntas aprofundar conhecimentos, inclusive descobrindo as potencialidades locais; nesse sentido, a união das famílias conduz a trocas de experiências, inclusive eliminando o isolamento social no meio rural. Outro fator importante é o uso coletivo de recursos, por cooperados da cooperativa que pode melhorar o padrão tecnológico local, a existência de um grupo facilita a obtenção de recursos e a diversificação de atividades, significando emprego e melhoria da renda familiar, o trabalho conjunto ajuda na motivação das responsabilidades individuais dos associados, o esforço coletivo ao desenvolver projetos acaba por criar um espaço de permanência e novas

perspectivas para as gerações futuras, revigorando laços sociais e políticos entre os membros, dessa forma diminuindo o sentimento de dependência, exclusão e impotência que geralmente atingem os agricultores familiares em situação de isolamento social. (SPANEVERELLO et al., 2011).

Importante ressaltar que a existência do cooperativismo rural no Brasil remonta o início do século XX; diante disso pode-se compreender que o cooperativismo no Brasil desempenha um papel fundamental, que pode ser visto com sua importância no desenvolvimento social e econômico do país. Pois as cidades brasileiras onde existem cooperativas rurais comumente tem um IDH maior que a média nacional, sendo confirmado por dados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) de 2006. (SPANEVERELLO et al., 2011).

Na década de 1990 com a inflação e o padrão de vida a custo muito alto, as cooperativas passaram a atuar de forma a financiar a produção familiar na zona rural, através de empréstimos aos associados que não conseguiam financiamento em instituições governamentais ou privadas. Uma forma criativa que as cooperativas captavam recursos dos bancos e financiavam as safras dos cooperados e trocando a dívida adquirida por seu equivalente em produtos. Com isso as cooperativas assumiram o risco, garantindo ao cooperado que não conseguisse produzir por danos causados à safra, dessa forma o cooperado não necessitava de renegociar a dívida, pois ficava a cargo da cooperativa, com isso se manteve a produção rural familiar em meio à crise inflacionária. (SANDRI & OLIVEIRA, 2019).

As cooperativas agropecuárias enfrentam crises ao longo de sua existência, devido à falta de controle democrático, com diretores que manipulam assembleias e que acabavam por aprovar projetos de interesse próprio. Com essa situação em muitas cooperativas o governo federal em 1998 criou o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária), reestruturando e capitalizando as cooperativas agropecuárias com o objetivo de um desenvolvimento sustentável, apoiado no tesouro nacional por meio de títulos públicos (SANDRI & OLIVEIRA, 2019).

A UNICAFES (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) atualmente é o representante das cooperativas da agricultura familiar tem como sua missão: a obtenção de um cooperativismo que seja viabilizador e instrumento popular do desenvolvimento local, sustentável e solidário em meio aos agricultores familiares, sempre evidenciando iniciativas econômicas para aumentar as oportunidades de trabalho e distribuição

de renda, também para produção alimentícia e para obtenção da melhoria da qualidade de vida dos cooperados. (SANDRI & OLIVEIRA, 2019).

Ressalta-se que além do necessário acesso a terra por agricultores familiares, também é de igual importância linhas de crédito com condições que deem incentivo a produção e o investimento no meio rural. Outro ponto que deve ser destacado como importante é a assistência técnica, é preciso que se ofereça ao beneficiário agricultor familiar ou assentado da reforma agrária uma matriz tecnológica que seja ecológica, que busque o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida e que permita a permanência das famílias no campo ou em assentamentos. As políticas de incentivos para a agricultura familiar através de associações e cooperativas devem ser indutoras para a promoção de desenvolvimento da produção e da gestão dessas cooperativas, com a capacitação dos cooperados para o enfrentamento do mercado competitivo. No quesito da agricultura familiar de assentamentos, somente a destinação de terras não é completa e nem solúvel o bastante, pois se torna fundamental a identificação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

O COOPERATIVISMO COMO CAMINHO A SER PERCORRIDO PELO AGRICULTOR FAMILIAR

As cooperativas são contribuintes para a organização da agricultura familiar, em assentamentos da reforma agrária, as mesmas se estabelecem de forma expressiva, melhorando as condições de produção dos agricultores familiares, a contribuição acontece na forma econômica, política e social. Em assentamentos rurais com maior nível de desenvolvimento, as cooperativas e associações locais têm importante função de encaminhar as reivindicações dos moradores, caracterizando o caráter representativo e sua atuação. (SANGALLI et al., 2015).

Os entraves que se encontram dentro de assentamentos rurais familiares, para o cooperativismo e o associativismo são questões individuais, prejuízos advindos de tendências pessoais e de autonomia por parte dos integrantes. Os indivíduos com histórico de dependência patronal, anseios de assentados que se baseiam no individualismo que marca sua trajetória pessoal; assim reproduzindo no formato de propriedade individual por trabalhadores de origem urbana e por características e tendências a exploração de trabalho de caráter tradicional capitalista. (SANGALLI et al., 2015).

Mesmo com os entraves citados e ainda dentre vários outros não expostos, o cooperativismo é um caminho a ser percorrido pelo agricultor familiar, pois é uma possibilidade realista para a melhoria das condições socioeconômicas, viabilizando as necessidades sociais, aproximando os agricultores familiares de sua autossuficiência na produção.

Dessa maneira, por meio do cooperativismo é possível se estabelecer estratégias individuais e coletivas, para garantia da reprodução e sobrevivência do grupo de associados. Ressalta-se também que é evidente que existe uma necessidade de se repensar o desenvolvimento rural brasileiro, considerando-se a intervenção do Estado, com políticas públicas para dar legitimidade à agricultura familiar. (SANGALLI et al., 2015).

Por fim, pode-se entender que o cooperativismo na agricultura familiar pode ser disposto em dois pólos, no primeiro onde os pequenos agricultores têm as terras e se unem para se manter frente ao latifúndio, ao monopólio e à monocultura do agronegócio. E também para manter um nível de vida e renda para todos os envolvidos nesse processo, sendo que um dos principais problemas enfrentados é a manutenção da área rural produtiva e dos jovens dentro desse espaço social, para que se desenvolvam estilos de vida, opções de lazer e educação para que se minimizem os efeitos do êxodo rural. O segundo polo de atuação das cooperativas na agricultura familiar se dá nos assentamentos da reforma agrária, onde os assentados necessitam de uma cooperativa para dar treinamento, financiar e desenvolver o processo produtivo como um todo, pois grande parte dos assentados não tem uma consciência e nem vivência na zona rural, ainda tem resquícios de uma vida individualizada nos grandes centros urbanos. Ou seja, a cooperativa tem papel fundamental na agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social de todas as pessoas envolvidas nesse processo.

Para concluir essa análise cita-se ainda o exemplo de cooperativismo evidenciando por meio da agricultura familiar vivenciado no município de Iporá-Go. Trata-se da Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Iporá e Região (COOMAFIR). As mesmas vêm cumprindo o papel importante de incluir no mercado muitos agricultores familiares que tinham dificuldade ou nem participavam do mesmo.

Iniciou a atuação no ano de 2008 com a participação de 38 membros, atualmente conta com 445 cooperados filiados, que são de origem de nove municípios. Sendo estes advindos de oito municípios da região do Oeste Goiano e de um município da região do Sudoeste Goiano.

Para um dos membros da diretoria, um grande sonho era que: “(...) a cooperativa chegasse à condição de comercializar 15.000 litros de leite por dia. Meta que foi batida e bem superada”. De acordo com o mesmo, a cooperativa já conta em sua estrutura com um caminhão

próprio e com seis caminhões terceirizados para realizar a coleta de leite. Passados mais de dez anos da fundação, a COOMAFIR conseguiu se firmar como uma importante instituição de organização do espaço social, cultural e econômico.

A referida cooperativa possui duas principais frentes de trabalho, uma voltada para a produção de leite, e outra voltada para a produção de produtos hortifrúti, como: abobrinha, quiabo, milho, jiló, repolho, pimenta, guariroba, bata doce, folhagens e outras verduras, já no segmento de frutas são produzidos mamão, melancia, banana, caju, manga, abacaxi, e algumas frutas típicas do cerrado. Também nesse mesmo segmento existe a produção de queijos, ovos e galinha caipira, farinha de mandioca, polvilho, porco caipira, peixes, dentre outros.

Para uma da cooperadas, que inclusive compõem a diretoria “a COOMAFIR é uma realidade que criou condições de participar do mercado, vendendo ainda os produtos de uma forma mais valorizada, é também uma forma de continuar no campo”, acrescentou ainda que “(...) a COOMAFIR preza e valoriza a agricultura familiar; essa forma de cooperativismo criou boas condições, práticas para acessar o crédito, produzir com mais qualidade e com mais cuidado com a natureza”. Relatos como esse, evidenciam a relação do cooperativismo com a agricultura familiar realizada por meio da COOMAFIR. E também se trata de importante exemplo de como uma cooperativa pode ser importante na vida de um cooperado agricultor familiar.

De acordo com um dos cooperados fundadores, a cooperativa surgiu a partir da necessidade de organizar os produtores da agricultura familiar e criar condições de comercialização da produção. Constata-se que a mesma administra e influencia boa parte da produção regional, especialmente, em função de desenvolver essas duas frentes de trabalho já citadas. Também se verificou que a COOMAFIR tem direcionado inclusive o manejo produtivo, pois com orientação e fiscalização acaba definido o processo de produção, especialmente dos pequenos agricultores oriundos da agricultura familiar que são atendidos pela mesma, ou seja, que à estrutura e a compõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no contexto geo-histórico brasileiro constatou-se que a agricultura familiar no Brasil tem sofrido vários dilemas e entraves, advindos dos grandes proprietários rurais, latifundiários, da monopolização de insumos e produtos agrícolas e por fim da monocultura que demanda cada vez mais terras para o plantio de grão para o mercado de *commodities*. Diante

desses fatores o êxodo rural foi elevado a partir da década 1960 até o final da década de 1990, sendo que as políticas públicas para a agricultura sempre foram pautadas no agronegócio exportador.

Para fazer resistência a esse fluxo de eventos, os agricultores familiares sempre buscaram apoio uns aos outros em associações e especialmente por meio de cooperativas, com a finalidade de se tornarem mais fortes frente ao capital. A partir dos governos democráticos, de esquerda e progressista de meados da década de 1990 e da primeira década dos anos 2000, a agricultura familiar entrou em pauta com demandas vindas dos movimentos sociais e sindicatos, se tornando política pública e projetos de governo, a fim de desenvolver uma agricultura pautada em equilíbrio ambiental, geração de renda e bem-estar para os agricultores familiares.

Diante disso, se viu uma nova forma de tratar a zona rural e os agricultores, com financiamentos e linhas de crédito, uma diversificação de alimentos foi sendo produzida e distribuída aos grandes centros urbanos através das cooperativas e associações de produtores rurais, minimizando as desigualdades entre os produtores familiares e os grandes latifundiários no mercado interno. Com esse processo se demonstrou a importância de uma agricultura pautada na preservação do meio ambiente e das sementes e derivados, especialmente sem modificação genética, traduzindo-se em alimentos mais saudáveis e que não causam tantos efeitos negativos ao meio ambiente.

Atualmente a agricultura familiar aliada às cooperativas de pequenos produtores são responsáveis por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, assim como bem especificamos nessa pesquisa; a mesma é responsável por produzir alimentos com melhor nível de consciência ambiental e social, demonstrando que a agricultura familiar com todos os seus entraves consegue produzir mais produtos e melhor que os grandes latifúndios do agronegócio.

Por fim, a resistência dos agricultores familiares no Brasil não é algo novo, mas um processo de luta contra a desigualdade de oportunidades e renda especialmente verificado nessas últimas cinco décadas. Que inclusive com muita luta se manteve contra as políticas do Estado e dos grandes produtores de *commodities*. Salienta-se que a agricultura familiar tem produzido muito, é uma possibilidade de aumento de produção para os próximos anos e que pode ainda ensinar muito sobre como produzir de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, V. **O universo da Agricultura Familiar e sua contribuição ao desenvolvimento Rural**. Curso de aperfeiçoamento em agroecologia. REDCAPA - Rede de instituições vinculadas à capacitação em economia e política agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro-RJ, 2005.
- CRESOL, Cooperativa de crédito rural solidário. **O que é cooperativismo: entenda esse modelo de negócio**. Publicado em 24/01/2023. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/o-que-e-cooperativismo/>. Acessado em: 05 de fevereiro de 2021.
- FIGUEIREDO, Nayana Ruth Manguiera de. Análise dos efeitos do programa nacional de alimentação escolar sobre o território da agricultura camponesa na Paraíba. **Boletim DATALUTA**, N. 109, artigo do mês: Janeiro de 2017. ISSN 2177-4463. João Pessoa-PB.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes**. 1ª edição, editora: Penso, Porto Alegre-RS, 2013.
- HEINEN, Milton Inácio. Propriedade familiar - evolução conceitual e o reconhecimento formal de uma nova categoria rural. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, V.37, N. 01, p.94-116, Jan-jun. ISSN 0101-7187. 2013, Goiânia-GO.
- JUNQUEIRA, C.P. e Lima, J.F. de. Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e humanas**. V. 29, N.2, p.159-176. Londrina-PR, 2008. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/biofarm/article/view/3213>. Acessado em 02 de Janeiro de 2021.
- MINAYO, M. C. De S. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência e saúde coletiva**, p. 621-626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acessado em 02 de janeiro de 2021.
- MINEM, Ênio. **Os sete princípios universais que regem o cooperativismo**. 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acessado em 09 de janeiro de 2021.
- OCB, Organização das cooperativas brasileiras. **O que é cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.
- PEDROSO, M. T. M. (2014). **A agricultura familiar no Brasil - Horticultura brasileira**, p. 125-125. Disponível em acessado: <https://doi.org/10.1590/s0102-0562014000100022>. Acessado em 01 de Janeiro de 2021.
- ROGATTO, L. (2013). Agricultura Familiar. **Ciência e cultura**, p. 08-10. Disponível em: <https://doi.org/10.21800/S0009-67252013000100004>. Acessado em 01 de Janeiro de 2021.
- SANDRI, A. M. e OLIVEIRA, A. G. De. Cooperativas de assentados da reforma agrária na reforma agrária no estado do Paraná: políticas públicas e incentivo à geração de renda. XVIII ENANPUR (**Anais...**). Natal-RG, 2019.
- SANGALLI, A. R., SILVA, H. C. H. Da. SILVA, I. F. Da. SCHLINDWEIN, M. M. (2015).

Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Knowledge**, production of Newness And the sócio-technical transition in Family agroindustries. Organizações rurais e agroindustriais, 17 (2), 225-238. Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37107/associativismo-na-agricultura-familiar--contribuicoes-para-o-estudo-do-desenvolvimento-no-assentamento-rural-lagoa-grande--em-dourados--ms---brasil>. Acessado em 04 de março de 2023.

SAUER, S. E LEITE, S. P. (2012). Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, 50 (3), 503-424. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000300007>. Acessado em 01 de fevereiro de 2023.

SPANVELLO, R. M. DREBES, L. M. e LAGO, A. (2011). A influência das ações cooperativistas sobre o reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento Rural. Code 2011 - **Anais** do I circuito de debates acadêmicos, 1 (1). Retrieved from. Disponível em: <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>. Acessado em 06 de maio de 2023.

SOBRE OS AUTORES

DIVINO JOSÉ LEMES DE OLIVEIRA

Doutor em Geografia pela UFG-Regional Jataí (2021); Mestrado em Geografia pela UFG Regional Jataí-GO (2014); Especialista em Educação para Diversidade e Cidadania pela UFG-Faculdade de Direito (2012). Especialista em Desenvolvimento Regional e Planejamento Turístico pela UEG (2006). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2002). É professor na UEG-UnU Iporá desde 2007. Atualmente é coordenador setorial do curso de Geografia da UEG-Unidade de Iporá.

DIMAS MORAES PEIXINHO

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor dos Cursos de Graduação em Geografia na Universidade Federal de Jataí. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJ.

WASHINGTON SILVA ALVES

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá. Especialista em Gestão e Conservação do Meio Ambiente pela Faculdade Montes Belos. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. Atualmente é professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá e atua no estudo da variabilidade da precipitação pluviométrica, do Fenômeno El Niño Oscilação Sul (ENOS), do clima de cidades e da variabilidade climática em bacias hidrográficas.